

2ª quinzena de dezembro de 2001

AD
VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 93

Através do Provão, o governo federal separa o joio do trigo, lista os "melhores" e os "piores", cria o ranking das universidades e lança o "produto" no mercado, devidamente rotulado. Essa nova forma de avaliar o Ensino Superior, cruel e ainda mais excludente, revela claramente a visão mercadológica do governo FHC, que trata até a educação como se fosse mercadoria. Curiosamente, cursos com tendência natural à formação mais humanista quase sempre ficam na lanterna, enquanto os que estão em alta no mercado conquistam os primeiros lugares.

Página 3

ERA FHC

Educação de baixa qualidade e alto custo

Páginas 6 e 7

Privatização gradativa

Altas mensalidades nas particulares

Elitização do Ensino

Poucas vagas

Menos investimentos

Baixo índice de matrículas: 11,4%



Construindo o futuro

Esse ano se inicia com muitos desafios a serem enfrentados. No plano internacional, a crise da Argentina não nos deixa tranquilos quanto ao que possa acontecer ao nosso futuro. A moratória é certa e os analistas econômicos fazem suas previsões – como os novos bruxos deste milênio – de que o capital estrangeiro não fugirá do Brasil. Certamente, como não fugiu da Argentina, até a hora em que esgotou a sua alta remuneração. Então, deixaram o barco, como ratos que abandonam o navio que está afundando, bem ao estilo do capital estrangeiro, o que, é claro, pode acontecer no Brasil. Previsão pessimista, talvez, mas o certo é que o risco de acontecer é alto, ainda mais que o Brasil, diante de uma possível resistência do capital estrangeiro em vir para cá, pode acabar afrouxando as já frágeis amarras.

Para nós é sempre preocupante assistir à derrocada de um país vizinho como a Argentina. Quando aconteceu com a Ásia, todos ficamos impressionados, mas, afinal, era do outro lado do mundo. A crise passou depois de um breve período. No entanto, certamente não é isso o que acontecerá com o país vizinho. E nossas relações com a Argentina são muito maiores, inclusive de fronteira. A crise argentina é econômica e institucional diferente da época da ditadura, que foi somente institucional.

No nosso plano nacional, passado o carnaval entraremos forte nas elei-

ções presidenciais. Teremos que colocar o nosso sindicato nacional na interlocução com os candidatos para que assegurem nos seus mandatos um projeto de Universidade discutido e articulado com os diferentes segmentos das universidades. Um projeto que esteja articulado com a sociedade e garanta ao País uma inserção soberana no mundo globalizado, que dê condições à Universidade Pública de ser gratuita e atender a todos que a procuram seja para ocupar seus espaços de estudo seja para projetos de pesquisa ou extensão.

Antes do carnaval temos as mesas de negociação com o MEC que, longe de solucionar os problemas estruturais da Universidade, são um paliativo para o curto espaço. No plano local, nesse ano que se inicia teremos que enfrentar uma discussão sobre Universidade a ser apresentada para os candidatos a presidente da República e também para os candidatos ao Governo do Estado. Temos de envolver todos os segmentos nesta discussão para viabilizar uma Universidade Pública e Gratuita que realmente atenda aos interesses da sociedade e seja um dos protagonistas importantes na construção de um país mais justo e solidário. Portanto, as tarefas que se impõem a nós para o ano de 2002 não são poucas, mas devemos enfrentá-las com o máximo de nossas forças, afinal estaremos construindo o futuro daqueles que virão.

Educação para a paz

Com o tema "Década internacional de uma cultura pela paz e não-violência para as crianças do mundo", a Unesco promete centrar seu trabalho de 2001 a 2010 nas crianças e no diálogo entre os povos. É uma forma de plantar hoje as sementes da tolerância que se quer colher no futuro. Adolfo Brogueras, do Centro de Colaborações Solidárias, lembra em texto publicado na revista eletrônica La Insígnia (www.lainsignia.org): "o caminho da violência e da morte tem arrastado a suas fileiras milhares de meninos soldados, crianças de rua, crianças que são exploradas, drogadas, escravizadas ou prostituídas. Uma educação baseada na doutrina da não-violência é o melhor legado que podemos deixar às próximas gerações".

Mais de 600 mil na III Bial

A III Bial de Artes Visuais do Mercosul, que expôs cerca de 400 obras de arte de mais de 120 artistas entre brasileiros, argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos e uruguaios, encerrou dia 16 contabilizando 603.682 visitantes. Desses, 111.500 pessoas, que correspondem a 20% do total de público, conheceram as mostras em visitas agendadas, através de um projeto pedagógico que buscou privilegiar a população estudantil. Até o último dia 19, um total de 139 escolas, públicas e particulares, da capital e do interior, participaram desse programa. Parte das obras da III Bial estará, de 5 a 24 de março do ano que vem, em Brasília. Quase todos os trabalhos que serão expostos no Conjunto Cultural da Caixa Econômica Federal estão no Santander Cultural, com exceção de três artistas que têm obras na Cidade de Containers.



Analfabetos na universidade

Continua a aprovação de analfabetos em vestibulares de faculdades particulares do Rio de Janeiro. O padreiro semi-analfabeto Severino da Silva, depois de ter passado no vestibular para o curso

de Direito da Universidade Estácio de Sá, foi aceito na prova da Gama Filho para o curso de Letras, acompanhado pela empregada doméstica Gracilene Amaro da Silva, analfabeta. "Deixei muita resposta em branco", disse Gracilene. Muito melhor é a dica de Severino: "Marquei sucessivamente respostas A, B, C, D e E, como se estivesse preenchendo um cartão da mega sena". Depois de ter dito que esse assunto era "uma bobagem", o ministro Paulo Renato agora promete encaminhar ao Conselho Federal de Educação um pedido para tornar mais rigorosos os vestibulares. O reitor da Universidade Gama Filho, Sérgio Dias, informou que encaminhou à Comissão de Vestibular das universidades novas propostas para os exames no vestibular da Gama Filho.

Embuste ecológico

Está sendo desenvolvido nas escolas da rede pública do Paraná um projeto "ecológico" incomum. A cartilha "Agrinho em defesa da natureza", apesar do título, defende o uso de agrotóxicos, afirmando para crianças do meio rural que eles são a única forma de controle de pragas. Aparentemente as crianças estão participando de um programa de educação ambiental no qual são abordadas questões de saúde, meio ambiente e até cidadania. Na verdade, o que ocorre é uma exótica parceria entre o Governo do Estado paranaense e as indústrias fabricantes de agrotóxicos Bayer, Novartis, Dow AgroScience, Jacto, Milenia, Du Pont, Hokko e a entidade que reúne todas elas, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef). Do custo de R\$ 2,4 milhões do projeto, metade é de responsabilidade destas empresas e a outra metade é dinheiro público, do Senar. O "Programa Agrinho", seu nome oficial, atingiu, no ano passado, 1,2 milhão de crianças e adolescentes, de 310 municípios. As crianças escreveram redações sobre o tema e concorreram a prêmios que iam de CD Roms educativos até carros zero quilômetros. Quando o aluno é premiado, o professor também é. Desde 1996, quando foi criado o programa, essas crianças aprendem aspectos do uso dos agrotóxicos. Não se questiona o uso de pesticidas nas lavouras, mas se ensina como usá-los. Logicamente, se o programa possuísse uma preocupação real com o meio ambiente, orientaria para uma agricultura alternativa, ecológica, e não para o uso de venenos.

PROVÃO

A estratégia para mercantilização

O Provão (Exame Nacional de Cursos), instituído pelo governo federal para medir a qualidade das universidades brasileiras, pode levar o ensino superior a uma distorção. Os currículos seriam adaptados de acordo com critérios que atendessem às exigências da avaliação, colocando como meta principal das universidades atingir boas colocações no *ranking* nacional. A observação é do presidente da Adufrgs, Rubens Weyne. Ele lembra que o mesmo aconteceu com o Ensino Médio, que passou a se pautar pelo vestibular, deixando de lado a formação humanística dos alunos. Weyne defende a volta das avaliações internas de cursos, que vêm sendo substituídas pelo Provão.

A consolidação desse novo sistema de avaliação das universidades, segundo Weyne, levará a uma total perda de liberdade acadêmica, na medida que o professor ficará atrelado a conteúdos pré-determinados pela necessidade do mercado. O sindicalista teme ainda que o Provão, considerado uma jogada de marketing do governo, venha a servir como critério para distribuição de verbas públicas entre as universidades. Assim, uma instituição considerada fraca se enfraqueceria ainda mais ao ter seus recursos diminuídos, enquanto as "melhores" seriam cada vez mais fortalecidas.

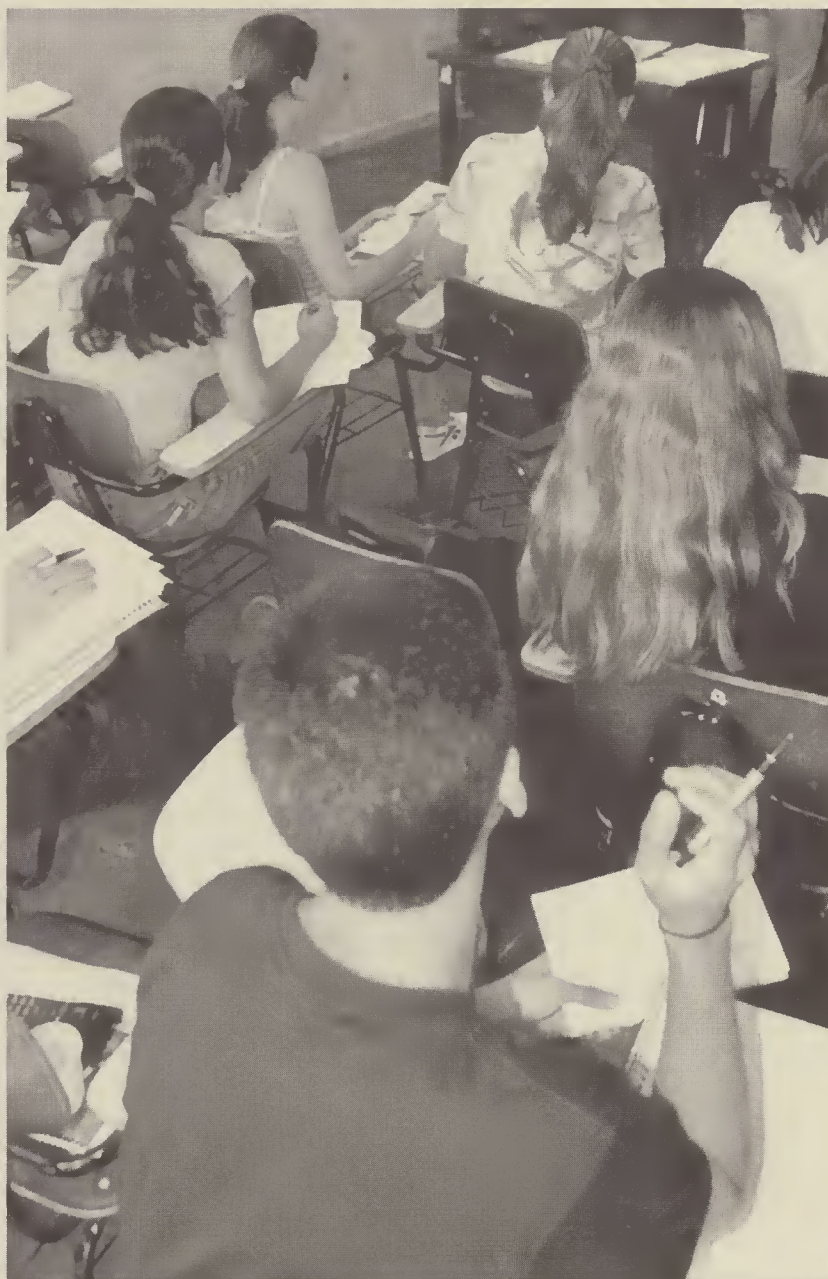
Os "melhores" e os "piores"

Os critérios de avaliação do Ensino Superior adotados pelo governo federal reforçam sua política de educação prioritariamente mercadológica. Através do Provão, o MEC separa o "joio do trigo", cria rankings dos "melhores" e dos "piores" – como se educação fosse mercadoria – e lança o "produto" no mercado devidamente rotulado. Instituições e alunos ficarão marcados de forma positiva ou negativa o que, com certeza, irá influenciar na hora de buscar um emprego.

A intenção de transformar a educação em mercadoria fica ainda mais clara quando os exames de avaliação, curiosamente, apontam como melhores cursos aqueles que estão em alta no mercado capitalista, como Administração de Empresas, Engenharia e Direito. Cursos cuja natureza tende a uma formação mais humanística ficam quase sempre na lanterna. Os 12 suspensos pelo MEC no início de dezembro são de Letras e Matemática, enquanto os 36 chamados de "cinco estrelas" são de Administração, Direito, Engenharia Civil, Medicina Veterinária e Odontologia.

De acordo com os critérios do Provão, os cursos suspensos obtiveram conceitos D ou E por três anos consecutivos e um Conceito Insuficiente (CI) na qualificação do corpo docente. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, informou que os alunos do último ano terão seus diplomas reconhecidos normalmente. Quanto aos outros, poderão aguardar que a sua universidade se adapte às exigências de qualidade do MEC ou poderão pedir transferência para outras instituições.

Entre os suspensos está o de Letras, do campus de Cruzeiro do Sul, da Universidade Federal do Acre. Nesse caso, de acordo com a assessoria de comunicação do MEC, cabe ao ministério reverter o resultado negativo. Uma das providências anunciadas pelo ministro é remanejar professores recém-contratados para campus de Cruzeiro do Sul, localizado na fronteira com a Bolívia. O MEC estabeleceu, através da Portaria 1.985, de 10 de setembro de 2001, o prazo de um ano para as instituições reprovadas corrigirem suas deficiências.



Fabricia Osanai

Estudantes farão plebiscito no próximo ano

Colocar a aceitabilidade do Provão entre os universitários em xeque é o desafio proposto pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pelo Fórum de Executivas e Federações de Cursos para 2002. Avesso ao modelo de avaliação imposto pelo MEC, o movimento estudantil promete, através de plebiscito, desbancar o argumento usado todos os anos pelo MEC de que o alto índice de comparecimento dos alunos ao provão atesta a aceitação do exame entre os universitários. De acordo com a UNE, os alunos são obrigados a participar do Provão, sob pena de não receberem o diploma.

Segundo a UNE, a mobilização dos estudantes contra os critérios de avaliação utilizados pelo governo vem crescendo. Esse crescimento tem se expressado nos boicotes promovidos pelas entidades estudantis, que impedem a consolidação desse modelo. A UNE espera também que o Plebiscito provoque uma discussão sobre a política educacional dentro das escolas.

De acordo com as entidades estudantis, o processo de avaliação institucional jamais poderia seguir a lógica da punição/premiação, muito menos ser subordinada a um projeto político que tem como prioridade interesses internacionais que quase nunca estão de acordo com a realidade brasileira.

Estudantes: os principais prejudicados com o Provão do MEC farão plebiscito no ano que vem sobre o assunto

Cursos com reconhecimento suspenso

Área	Nome da Instituição	ENC 01	ENC 00	ENC 99	Docente
Letras	Centro de Estudos Superiores de Maceió (AL) – Privada	E	E	E	CI
Letras	Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (PE) – Privada	D	D	D	CI
Letras	Faculdade de Formação de Professores de Penedo (AL) – Privada Português/Francês	E	E	E	CI
Letras	Faculdade de Formação de Professores de Penedo (AL) – Privada Português/Inglês	E	E	E	CI
Letras	Faculdade de Formação de Professores de Vitória de Santo Antão (PE) – Privada	E	E	E	CI
Letras	Faculdades de Dracena (SP) – Privada	E	E	D	CI
Letras	Faculdades Integradas Rui Barbosa - Andradina (SP) – Privada	D	E	D	CI
Letras	Universidade Federal do Acre - Cruzeiro do Sul (AC) – Federal	D	D	E	CI
Matemática	Centro Universitário Filadélfia - Londrina (PR) – Privada	D	E	D	CI
Matemática	Faculdade de Educação de Ivaiporã (PR) – Privada	E	E	D	CI
Matemática	Faculdades Integradas de Ribeirão Pires (SP) – Privada Ciências Matemática	D	D	E	CI
Matemática	Faculdades Integradas de Ribeirão Pires (SP) – Privada Licenciatura Matemática	D	D	E	CI

Fonte: Inep/MEC

ATIVISMO

Fórum Social Mundial contrapõe Porto Alegre a Nova Iorque

Cristina Lima



Começa a contagem regressiva para o Fórum Social Mundial 2002 (FSM), que deve reunir 50 mil pessoas de mais de 100 países em Porto Alegre, entre 31 de janeiro e 5 de fevereiro de 2002, para discutir e propor alternativas ao modelo de globalização imposto pelo capital internacional. O encontro acontece paralelamente ao Fórum Econômico Mundial, onde representantes dos maiores grupos econômicos do mundo vão se reunir, dessa vez em Nova Iorque (e não em Davos) para definir os rumos da economia do planeta. Com a participação de grandes nomes, entre eles vários prêmios Nobel, o FSM 2002 terá uma extensa programação de conferências, seminários, oficinas e eventos culturais.

O primeiro Fórum Social Mundial aconteceu em 2001, entre 25 e 30 de janeiro, também em Porto Alegre, no mesmo período em que ocorreu o Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, e reuniu 20 mil pessoas. A segunda edição do evento promete congrega mais que o dobro de participantes, o que atesta o sucesso do primeiro e aponta para uma continuidade dos encontros nos próximos anos.

O escritor português José Saramago, prêmio Nobel de Literatura, já é presença confirmada, assim como seu patricio Boaventura dos Santos Souza, sociólogo. Estão garantidas as presenças também de Dita Sari, ativista da Indonésia; Alfredo Bosi, editor e crítico literário da revista Estudos Avançados da USP; Irène Fernandez, da Malásia; Eric Toussaint, da Bélgica, diretor do Comitê pela Anulação da Dívida dos Países do Terceiro Mundo; Ignácio Ramonet, da França, diretor do jornal Le Monde Diplomatique; Leonardo Boff, teólogo e escritor brasileiro; Maria da Conceição Tavares, eco-

nomista brasileira; Noam Chomsky, dissidente político dos Estados Unidos e professor de lingüística do MIT; Perez Esquivel, argentino Prêmio Nobel da Paz de 1980 e membro do comitê executivo da assembléia permanente da ONU para direitos humanos; Naomi Klein, jornalista canadense; Piedad Cordoba, senadora colombiana; Vandana Shiva, ativista indiana e pesquisadora na área de defesa de recursos naturais; Tariq Ali, escritor paquistanês; e Rigoberta Menchu, da Guatemala, prêmio Nobel da Paz de 1992, entre muitos outros.

Oito entidades são responsáveis pela organização do FSM em 2002: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC), Comissão Brasileira Justiça e Paz – CNBB (CBPJ), Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), CUT, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Integram o Comitê Organizador brasileiro Antônio Martins, José Correa e Carlos Tiburcio da Attac; Átila Roque e Cândido Grzybowski, da Ibase; Fátima Mello e Sérgio Haddad, da Abong; Maria Luisa Mendonça, da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Francisco Whitaker, da Comissão de Justiça e Paz; Oded Grajew, da Cives; João Pedro Stédile, do MST; e Kjeld Jakobsen, da CUT. Entre os integrantes internacionais estão Bernard Cassen, da Attac, França; Nicola Boullard, da Focus, Filipinas; Walden Bello, da Focus, Tailândia; François Houtart, da Centre Tricontinental, Bélgica; Victorio Agnoletto, do Fórum Social de

Gênova, Itália e Emilio Taddei, da Clacso, Argentina.

Durante as conferências serão apresentadas propostas, plataformas e alternativas que vêm sendo discutidas por redes, movimentos e organizações da sociedade civil que lutam contra a globalização neoliberal. Cada conferência promete ser um espaço de debates, de construção de consensos e de diversidade de propostas. Entre elas estão as chamadas especiais, que irão debater propostas elaboradas em grandes eventos que precederam o FSM, como o de Havana, sobre Segurança Alimentar e o Fórum Mundial de Educação de Porto Alegre (veja quadro).

Os seminários terão como finalidade permitir a identificação, a elaboração e o aprofundamento em torno das temáticas específicas, assim como o debate público e a socialização de reflexões estratégicas. Serão propostos prioritariamente por redes e organizações internacionais do Conselho Internacional do FSM. Já as oficinas prometem abrir espaços para o encontro, a troca de experiências, a articulação, o planejamento e a definição de estratégias de grupos, coalizões e redes. Constitui uma oportunidade de pensar propostas para ações presentes e futuras.

Estão previstos fóruns especiais, como o de Autoridades Locais e o de Parlamentares. Outros dois de centrais sindicais e organizações ligadas ao trabalho vêm sendo estudados, assim como um específico sobre a paz para tratar a questão dos conflitos e sua resolução, buscando dar uma resposta ao cenário provocado pelos atos de terrorismo do dia 11 de setembro. O FSM promete ainda ser um espaço aberto para eventos culturais que fortaleçam sua mensagem e identidade político-cultural.

Conferências do Fórum Social Mundial

Produção de Riquezas e a Reprodução Social

- Comércio Mundial*
- Corporações Multinacionais: Global Exchange (EUA); Joshua Karliner (Corpwatch/EUA); Njoki Njehu (50 Years is Enough Network/França)
- Controle de Capitais Financeiros: Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC/França); Nicola Bullard (Focus on The Global South/Tailândia)
- Dívida Externa: Bervely Keene (Jubileu Sul/Argentina); Eric Toussaint (Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Setor/Bélgica); Bernard Pinaud (CIDSE/França)
- Trabalho*
- Economia Solidária*

O Acesso às Riquezas e a Sustentabilidade

- Saber – propriedade intelectual: José Villacián (OXFAM International/França); Jean-Pierre Berlan (França); François Houtart (Fórum Mundial das Alternativas/Bélgica)
- Medicamentos, Saúde e Aids*
- Sustentabilidade Ambiental*
- Água – o bem comum: Ricardo Petrella (Fórum Mundial das Águas/Itália); Medha Patkar (Movimento de Atingidos pela Represa de Narmanda/Índia); Glenn Switkes (International Rivers Network/EUA)
- Povos Indígenas*
- Cidades, Populações Urbanas*
- Segurança Alimentar: Comitê Executivo Internacional do Fórum Mundial de Soberania Alimentar (Cuba); Pierre Vuarin (APM/França)

A Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos

- Combate à Discriminação e à Intolerância: Anna Leah Saraiba (ILGA/Índia); Aliança Estratégica Afrodescendente da América Latina e do Caribe; Martin Macwan (National Campaign on Dalit Human Rights/Índia);
- Democratização das Comunicações e da Mídia: Oswaldo León (ALAI/Equador); Roberto Sávio (IPS/Itália); Anriette Esterhuysen (APC/França)
- Produção Cultural - identidade*
- Perspectivas do Movimento Global da Sociedade Civil*
- Cultura da Violência Doméstica: Sashi Sail (Marcha Mundial das Mulheres/Canadá); Fátima Mello (Associação Brasileira das ONGs - ABONG/Brasil)
- Migrações, Tráfico de Pessoas (mulheres, crianças e refugiados): Patrick Mony (GISTI/França); Mônica Santana (Imigrantes Indocumentados/EUA e República Dominicana); Lorenzo Prencipe (CIEMI/Itália); Nilsa Iraci (Rede Latino Americana e Caribenha de Mulheres Negras/Brasil)
- Educação*

Poder Político e Ética na Nova Sociedade

- Organismos Internacionais e Arquitetura do Poder Mundial: Walden Bello (Focus on The Global South/Tailândia); Roberto Bissio (Social Watch/Uruguai); Teivo Teivainen (Network Institute for Global Democratization/Tailândia)
- Democracia Participativa: Giampiero Rasimelli (ARCI/Itália); Carlos Zarco Mera (Conselho de Educação de Adultos da América Latina - CEAAL/México)
- Soberania, Nação e Estado: Daniel Bensaid (professor de Filosofia da Universidade de Paris VIII/França); Emir Sader (CLACSO/Brasil)
- Luta pela Paz, contra o Militarismo, o Complexo Militar-industrial*
- Princípios e Valores: Frei Beto (Fé e Política/Brasil); Michael Lowy (Espaços Marx/França); Francisco Whitaker (Comissão Brasileira de Justiça e Paz/Brasil)
- Direitos Humanos - Desc (Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)*

*palestrantes ainda não confirmados

Os números do Fórum Social Mundial

FSM 2001		FSM 2002	
Participantes	20 mil	Participantes	50 mil
Países	mais de 100	Países	108*
Delegados inscritos	4.702	Delegados pré-inscritos	19.180**
Oficinas	400	Oficinas	800

* até o fechamento desta edição.

** a capacidade máxima é para 12 mil. Estão sendo revistas as cotas para cada uma das 3.057 organizações pré-inscritas.

Obs: os números da edição 2002 são preliminares.

Forumzinho Social Mundial inclui público infanto-juvenil nos debates das alternativas para construir um outro mundo possível

Um outro mundo pelas crianças

Uma das novidades deste próximo Fórum Social Mundial é a criação do Forumzinho Social Mundial, quando as crianças terão a chance de empilhar alguns tijolos na construção de um outro mundo. O evento, que acontece no Colégio Júlio de Castilhos simultaneamente ao FSM, reúne crianças entre seis e 14 anos em torno de shows, teatros, exposições, mostras e oficinas. Todas as atividades são gratuitas e as inscrições já estão abertas. Valéria Viana, coordenadora do evento, recomenda que os interessados em participar acessem o site oficial do Forumzinho (<http://www.forumzinho.palegre.com.br>). "Estamos recebendo de 15 a 20 inscrições por semana, além das vagas que já estão reservadas".

A organização espera reunir duas mil crianças do mundo inteiro, entre acompanhantes de delegados, enviadas por organizações e entidades, estudantes interessados, convidados especiais e a população infanto-juvenil de Porto Alegre. O Forumzinho conta com a participação de entidades do Paraguai, França, Espanha, Itália, Uruguai e Peru, além de outras que representam o Brasil inteiro. As atividades começam dia 31 de janeiro com o show de abertura do Forumzinho Social Mundial e encerram dia 5 com o Piquenique Social Mundial. De acordo com a organização do evento, mais de 100 oficinas estão confirmadas. Os projetos para novas oficinas devem ser enviados através do endereço do Forumzinho na internet até dia 15 de dezembro.

Outra forma de participação nas atividades é a inscrição como monitor. "Só é necessário ter vontade e as tardes livres durante o evento", convida Valéria. As oficinas serão norteadas por dois eixos: Meio ambiente e Pluralidade Cultural. O evento estimulará também as manifestações artísticas das crianças, através dos projetos "Sou cidadão" e "Quem quer um outro mundo possível bota a mão aqui". Funcionando como veículos de expressão para a comunidade infantil mundial, os projetos consistem em representações plásticas realizadas pelas próprias crianças. O primeiro será elaborado através da realização do auto-retrato de cada criança participante em ladrilhos coloridos que formarão o globo terrestre. O segundo projeto consiste na impressão das mãos dos participantes do Forumzinho em um painel. Como forma de estimular a leitura entre as crianças, está prevista uma Feira do Livro. Será um espaço não apenas de venda de livros infantis e sobre educação, mas lúdico, com contadores de histórias e a presença de vários autores.

A expectativa maior do Forumzinho é incluir as crianças nos debates do segundo



Coordenação: Valéria (D), uma das idealizadoras, com a turma da banca do Forumzinho no Brique da Redenção

FSM e estabelecer este espaço a fim de que ele permaneça nas edições seguintes. Para tanto será criado o Memorial do Forumzinho Social Mundial e o site do evento continuará no ar após seu término, com fotos dos participantes, dos trabalhos e das apresentações. Os organizadores do evento também pretendem reunir todo material criado pelas crianças – textos, desenhos, músicas, poesias, histórias, bonecos, brinquedos – para uma eventual publicação. De acordo com o material de divulgação do evento, a criança é, como todo ser humano, um sujeito social e histórico que, além de profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, também o marca. Justamente por isso é convidada a discutir seu presente e desenhar seu futuro dentro deste outro mundo possível. O Forumzinho também integrará a campanha Mosaico de Livros, com o nome Mosaquinho de Livros, que pretende trazer a Porto Alegre obras representativas das mais diversas culturas do mundo, além de concentrar em um só local alternativas para a construção de um outro mundo possível. A coordenação do evento convida os participantes a trazer livros infantis a Porto Alegre, para formar uma das seções da biblioteca.

Cristina Lima

ENSINO SUPERIOR

Privatização é a herança da era FHC

Ao final da segunda gestão do governo Fernando Henrique, a privatização do ensino superior é uma realidade inegável. Sofrendo uma progressiva redução de investimentos, as universidades públicas estão sendo pressionadas a abrir cada vez mais espaço para a iniciativa privada. A suposta democratização do ensino superior se dá através da proliferação de cursos de baixa qualidade e de alto custo para alunos. Neste modelo, onde até analfabetos conseguem passar no vestibular, como ocorreu recentemente no Rio de Janeiro, a regra de ouro é reduzir custos e aumentar a produtividade. Sufocada pela lógica do mercado, a Universidade Pública tenta sobreviver do jeito que dá.

Marco Aurélio Weissheimer

O ano de 2001 foi marcado por uma das maiores e mais importantes mobilizações das universidades públicas brasileiras. Professores e funcionários cruzaram os braços em protesto contra as políticas de arrocho salarial (sete anos sem reajuste), de redução das verbas para o ensino superior e de desregulamentação da profissão (através da Lei do Emprego Público, que prevê a alteração do regime jurídico dos servidores públicos federais, o que significa, entre outras coisas, perda da estabilidade). Durante 108 dias, os professores das universidades públicas federais brasileiras expuseram à sociedade o lado mais perverso das políticas para o ensino superior que vêm marcando as duas gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso. Redução de investimento no setor, incentivo à privatização, precarização das relações de trabalho, ausência de uma política de qualificação para servidores e professores: essas são algumas das principais marcas da era FHC para o ensino superior público brasileiro.

Uma das heranças do governo Fernando Henrique, no setor da educação superior, é uma expansão significativa do ensino universitário privado no país. Os próprios dados do Ministério da Educação confirmam esse fenômeno. De cada dez instituições, oito são privadas. As duas públicas são divididas entre federais, estaduais e municipais. Nos dois últimos anos, o total de matrículas nos estabelecimentos de ensino superior privados atingiu 64%, contra 36% das universidades públicas. Isso mostra claramente que está em andamento um processo gradativo de privatização do ensino superior em todo o país. Os mais prejudicados com esse processo de privatização são os estudantes de baixa renda, que não dispõem de recursos para pagamento das altas mensalidades das faculdades particulares. Além disso, têm que enfrentar uma concorrência muito mais acirrada para o ingresso nas universidades públicas, que acabam, na maioria das vezes, tendo a maior parte das vagas preenchidas por candidatos oriundos das melhores escolas particulares

ou que freqüentaram bons cursos pré-vestibulares.

A meta do Plano Nacional de Educação é matricular cerca de 30% da população da faixa etária dos 18 a 24 anos na educação superior até o ano de 2008. Hoje esse índice é de 11,4%. Ou seja, essa meta significa um acréscimo de mais de 4 milhões de novas matrículas. Como atingir essa meta com os constantes cortes nos gastos públicos? Privatizando. O crescimento do setor privado nos últimos cinco anos não deixa dúvidas de que a decisão política já foi tomada e de o que o caminho está escolhido. Basta ver alguns exemplos deste crescimento: Universidade Estácio de Sá: 348% (de 11.158 para 50.000 alunos); UniverCidade: 112,5% (de 8.000 para 25.000 alunos); Unip: 209% (de 21.667 para 67.000 alunos); e Uniban: 150% (de 12.000 para 30.000 alunos). Essa tendência é nacional. Em Santa Catarina há outro exemplo gritante. Até três anos atrás, a Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc) era a maior universidade do Estado. Hoje, em matéria de ensino de graduação, é a quarta, atrás da Univali, Unisul e Unoesc. A expansão da oferta de vagas na graduação da Ufsc foi de apenas 20% nos últimos dez anos, enquanto a demanda no seu vestibular, no mesmo período, cresceu 133%, passando de 16.959 para 39.644 candidatos.

Esses números indicam fortemente que o governo FHC optou por uma "democratização" da educação superior via iniciativa privada. Esse processo, porém, é claramente elitista, uma vez que acena com a possibilidade de acesso irrestrito, mas permite a permanência apenas aos que podem pagar. Em todo o país, há uma proliferação de cursos de altíssima demanda, como Medicina e Odontologia, de qualidade duvidosa. A democratização do ensino superior pela iniciativa privada, com baixa qualidade e alto custo para o aluno, é uma realidade hoje no país. Na outra ponta, o sistema de universidades públicas sofre com a falta de recursos.



Menos dinheiro para o ensino superior

Segundo levantamento realizado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, as despesas realizadas com o ensino superior, entre 1995 e 2000, diminuíram. Conforme esse estudo, em 1995 as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) representavam 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2000, esse número caiu para 0,7%. O mesmo estudo da Consultoria da Câmara dos Deputados mostra que os gastos com pessoal e encargos sociais, em 1995, eram de cerca de 60,90% das despesas do Ministério da Educação. Em 2000, esse número caiu para 53,4%.

Na avaliação da Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes (Andifes), os recursos para o ensino superior caíram de R\$ 6,248 bilhões, em 1995, para R\$ 5,896 bilhões em 1999, enquanto o índice de matrículas cresceu mais de 20% no mesmo período. A Andifes chegou a esses números, totalizando as despesas das Ifes, atualizadas pelo Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas, excluídos os gastos com aposentados.

Durante as discussões do Plano Nacional de Educação (PNE), o governo federal rejeitou a reivindicação das entidades ligadas à educação, que queriam elevar os gastos com a educação para 10% do PIB em uma década, fixando o teto em 7%. O governo reconheceu, então, a defasagem educacional, mas alegou que existiam carências mais prioritárias. O presi-

dente Fernando Henrique Cardoso vetou no PNE todos os dispositivos que estabeleciam aumento dos recursos para a educação, como, por exemplo, as metas de ampliação do programa de renda mínima e da oferta de crédito educativo. Vetou também o aumento de verbas para a pesquisa e a implantação de planos de carreira para profissionais de educação. Enquanto a educação pública, em todos os níveis, sofria com a falta de recursos, o governo federal, somente em 2000, comprometeu R\$ 30 bilhões do orçamento público para pagamento dos juros da dívida.

A Lei de Inovação

A progressiva retirada do Estado como agente de financiamento e desenvolvimento da universidade pública manifesta-se também através de projetos, apresentados durante o atual governo, que abrem espaço para a iniciativa privada dentro das universidades. Um exemplo claro disso é a Lei da Inovação. O Ministério da Ciência e Tecnologia apresentou em outubro o anteprojeto da Lei de Inovação, que abre a possibilidade de os pesquisadores das universidades federais e institutos públicos trabalhar em parceria com o setor privado e vice-versa. De acordo com o anteprojeto, o pesquisador ganha liberdade para trabalhar menos horas e pode até pedir para abrir uma empresa própria de desenvolvimento tecnológico. O setor privado, por outro lado, ga-

nharia acesso aos laboratórios públicos, podendo estabelecer contratos para o desenvolvimento de novos produtos.

Ainda segundo o projeto, o pesquisador que desenvolver um produto dentro das universidades e instituições de pesquisa poderá estabelecer parcerias com o setor privado ou abrir seu próprio negócio para comercializar esse produto, o que não é permitido pela legislação atual. Em todos os casos, a propriedade intelectual do produto é da instituição, mas os ganhos econômicos com o licenciamento de patentes serão compartilhados com o pesquisador e sua empresa. A lei permite que o pesquisador constitua uma empresa para lucrar com sua criação sem ser penalizado na universidade, por meio do licenciamento. Cientistas ainda poderão ser "emprestados" de uma instituição para outra ou até para empresas privadas.

A estratégia proposta pela Lei da Inovação mostra bem o espírito da atual política do governo federal: reduzir a presença do Estado no ensino superior público (como de resto em muitos outros setores), aumentar a presença da iniciativa privada, precarizar as relações trabalhistas, com retirada de direitos históricos como a estabilidade e subordinar a pesquisa aos interesses mais imediatos do mercado. Ao final de sua segunda gestão, essa é a Universidade Pública deixada pelo professor Fernando Henrique Cardoso.

FGV denuncia o fracasso das políticas compensatórias

Um estudo divulgado no último dia 18, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta o investimento em educação como prioritário para erradicar a pobreza no Brasil. De acordo com o levantamento, chamado de "Mapa de ativos: combate sustentável à pobreza", as crianças são o grupo etário mais desfavorecido da sociedade. Os menores de 15 anos representam 45% dos miseráveis ante 30% da respectiva participação deste grupo na população. Conforme o mapa, para cada ano adicional de estudo, a renda de trabalho do brasileiro aumenta, em média, 16%. As vagas no mercado também crescem de acordo com a escolaridade: 52% de analfabetos conseguem emprego. Para os que têm diploma universitário, este índice sobe para 87%.

O estudo da FGV sugere ainda que a pobreza no Brasil pode ser erradicada com os mesmos 21% do Produto Interno Bruto (PIB), gastos hoje em programas sociais pelos governos federal, estaduais e municipais. De acordo com o mapa, seriam necessários R\$ 36 bilhões para suprir as necessidades básicas dos 50 milhões de brasileiros miseráveis. Cada um deles receberia R\$ 15 mensais.

Segundo o economista-chefe do estudo, Marcelo Neri, o problema da política social brasileira é a dominância do aspecto compensatório continuado (através dos programas de renda mínima, seguro desemprego, Previdência, Bolsa-Escola e bolsa-alimentação) que não deixa raiz na vida das pessoas. Ou seja: uma vez interrompidos os programas, as pessoas voltam ao status marginalizado original. Segundo ele, é preciso estabelecer um arcabouço básico de políticas estruturais, ou seja: "aquelas que visam dar a vara de pescar e não o peixe".

A adoção de políticas sociais compensatórias tem sido uma prática constante do governo Fernando Henrique. O setor educacional não está livre. Um exemplo disso é a aposta na educação à distância, como instrumento para formar professores do ensino médio que ainda não têm formação universitária. Quase a metade (cerca de 48%) dos 2,2 milhões de professores do ensino básico em atividade no país não tem diploma de nível superior. A falta de qualificação universitária é maior nas regiões Norte e Nordeste e nos níveis de ensino mais baixos, como a pré-escola (que atende crianças de 0 a 6 anos) e as quatro primeiras séries do ensino fundamental (que atendem alunos de 7 a 10 anos). Os dados são do

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e mostram que, de 1996 para 2000, houve uma variação no número de professores com titulação superior de 47% para 52%. Na rede particular, 61% dos professores em atividade no Brasil têm formação superior, contra 50% na rede pública.

Os 1,064 milhões de professores que atualmente dão aula sem ter completado a universidade poderão ter problemas a partir de 2007, quando, de acordo com o artigo 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), só serão admitidos professores habilitados em nível superior. No Congresso Nacional, já uma pressão para que esse prazo seja adiado. O Plano Nacional de Educação, que traça metas para os próximos dez anos e ainda não foi aprovado, estica o prazo para 2010. A LDB, apesar de exigir nível superior a partir de 2007 na contratação de professores, admite que os professores que hoje estão na rede tenham formação em nível médio para dar aula na educação infantil e nos primeiros quatro anos do ensino fundamental.

Em 1999, segundo o Censo Escolar do MEC, 350 mil professores (cerca de 16% do total) davam aula sem a formação mínima necessária, não contando os professores de jovens e adultos de educação especial. Para dar aula até a quarta série do ensino fundamental, o professor precisa ter hoje, ao menos, o ensino médio completo. A partir da quinta série do ensino fundamental e no ensino médio, segundo a LDB, o professor precisa ter diploma de nível superior. O problema é mais grave ainda em creches, que atendem crianças de 0 a 3 anos. No ano passado, 10% dos professores de todo Brasil não tinham completado o ensino fundamental.

Para suprir essa carência, o MEC aposta na modalidade da educação à distância. Um dos programas que vem sendo desenvolvidos pelo Ministério é o Proformação, que tem como público-alvo os professores que lecionam nas redes públicas de ensino de Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas ainda não possuem formação de nível médio em magistério. Hoje, o programa já atende cerca de 27 mil professores em 1.400 municípios brasileiros. O problema da educação à distância é que ela não garante a qualidade da formação dos professores. O grande atrativo desta modalidade de ensino é o baixo custo e a rapidez no processo de formação dos alunos.

Medidas que não deixam raízes

Além do Proformação, o MEC quer melhorar a formação dos professores também com o Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Parte dos recursos do Fundef pode ser usada pelos Estados e municípios para a capacitação e formação dos docentes. O objetivo do fundo é também aumentar o salário dos professores. Em quase todos os Estados, o professor com nível superior ganha mais do que o que tem apenas nível médio. Em alguns deles, segundo dados de 1999 da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Cnte), o salário dos formados é 177% maior do que o dos que não chegaram à universidade.

O problema do Fundef é o desvio de recursos. Eles já atingem R\$ 1 bilhão, segundo dados da Subcomissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, que investiga as irregularidades do Fundef em todo o país. Criada em dezembro de

1999, a Subcomissão apurou que os desvios decorrem de improbidade administrativa e do descumprimento da legislação incentivado pela impunidade. Isso significa que os recursos que deveriam ser destinados à qualificação dos professores do ensino médio estão sendo desviados para outras finalidades.

O estudo da Fundação Getúlio Vargas mostra que alternativas como a educação à distância e fundos compensatórios para a formação de professores são experiências tradicionalmente ineficazes para suprir carências sociais. O coordenador do estudo, economista Marcelo Néri, resume bem o tamanho do erro desse tipo de política: "o problema da política social brasileira é a dominância do aspecto compensatório continuado que não deixa raiz na vida das pessoas. Isto é, uma vez interrompidos os programas, a clientela volta ao status marginalizado original".

UM MUNDO UNIPOLAR?

Os danos da guerra financeira

Os títulos mais suscetíveis de serem afetados pela tragédia de 11 de setembro – companhias aéreas, empresas de seguros e de resseguros, bancos de financiamento – sofreram uma forte especulação para baixo nos dias que antecederam os atentados



Ibrahim Warde*

Teriam os autores dos atentados acrescentado às suas operações-suicidas uma especulação maciça nos mercados financeiros? Alguns movi-

mentos suspeitos nas bolsas levam a crer que sim. Na verdade, os títulos mais suscetíveis de serem afetados pela tragédia – companhias aéreas, empresas de seguros e de resseguros, bancos de financiamento (em particular o Morgan Stanley, um dos principais ocupantes do World Trade Center, e o Merrill Lynch, cuja sede se encontra perto das duas torres) – sofreram uma forte especulação para baixo nos dias que antecederam os atentados de 11 de setembro. Segundo Antonio Martino, ministro da Defesa italiano, não há qualquer dúvida que "por trás dessa especulação nos mercados internacionais escondiam-se Estados e organizações terroristas". A tese parece plausível, já que o "bilionário" saudita Osama bin Laden, tido como mandante dos atentados, tinha começado sua "carreira" como principal tesoureiro da resistência afegã contra o invasor soviético. E, como afirmou o ministro italiano, "quem organizou os atentados de Nova York foram espíritos lúcidos em sua loucura, pois todo o mundo sabe que dinheiro dá poder¹".

O mundo subterrâneo das finanças

As autoridades das bolsas decidiram investigar essas transações suspeitas em três continentes. Porém, alguns dias depois, a Securities and Exchange Commission (SEC) e suas co-irmãs britânica, alemã, holandesa, francesa e japonesa anunciavam o encerramento da investigação. Nada, segundo elas, permitia confirmar a tese de uma especulação premeditada, de uma informação privilegiada ou de manipulação de co-

tações. Existe, sem dúvida, uma explicação mais convincente – e menos macabra – para esses movimentos especulativos: na véspera dos atentados, a queda nas bolsas parecia tender a se agravar, os analistas financeiros previam maus resultados para os setores aeronáuticos e de seguros e a imprensa especializada multiplicava-se em detalhes sobre os problemas jurídicos e financeiros do Merrill Lynch e do Morgan Stanley². A rapidez com que foi encerrada a suspeita de especulação também traduz a impotência dos fiscais das bolsas frente aos excessos da desregulamentação, bem como da pouca pressa que o planeta financeiro tem para esclarecer suas próprias zonas obscuras. Os órgãos de controle das bolsas dispõem, em teoria, de um vasto arsenal de investigação e repressão aos delitos financeiros; na realidade, porém, a opacidade do sistema limita sua margem de manobra. Pois se transações simples (compra e venda de ações por particulares) podem ser facilmente identificadas, os movimentos que realmente mexem com os mercados – transações complexas e sofisticadas, elaboradas por especialistas da engenharia financeira, como as operações realizadas pelos misteriosos hedge funds (fundos especulativos)... – escapam frequentemente a qualquer tipo de detecção. Por outro lado, o mundo subterrâneo das finanças, composto por empresas-espelho, por paraísos fiscais e por produtos derivados indecifráveis, insiste em manter seus segredos.

A luta contra a lavagem de dinheiro

Desde o início da década de 80, as exigências normativas que, durante muito tempo, "engessaram" o mundo das finanças vêm sendo abolidas.

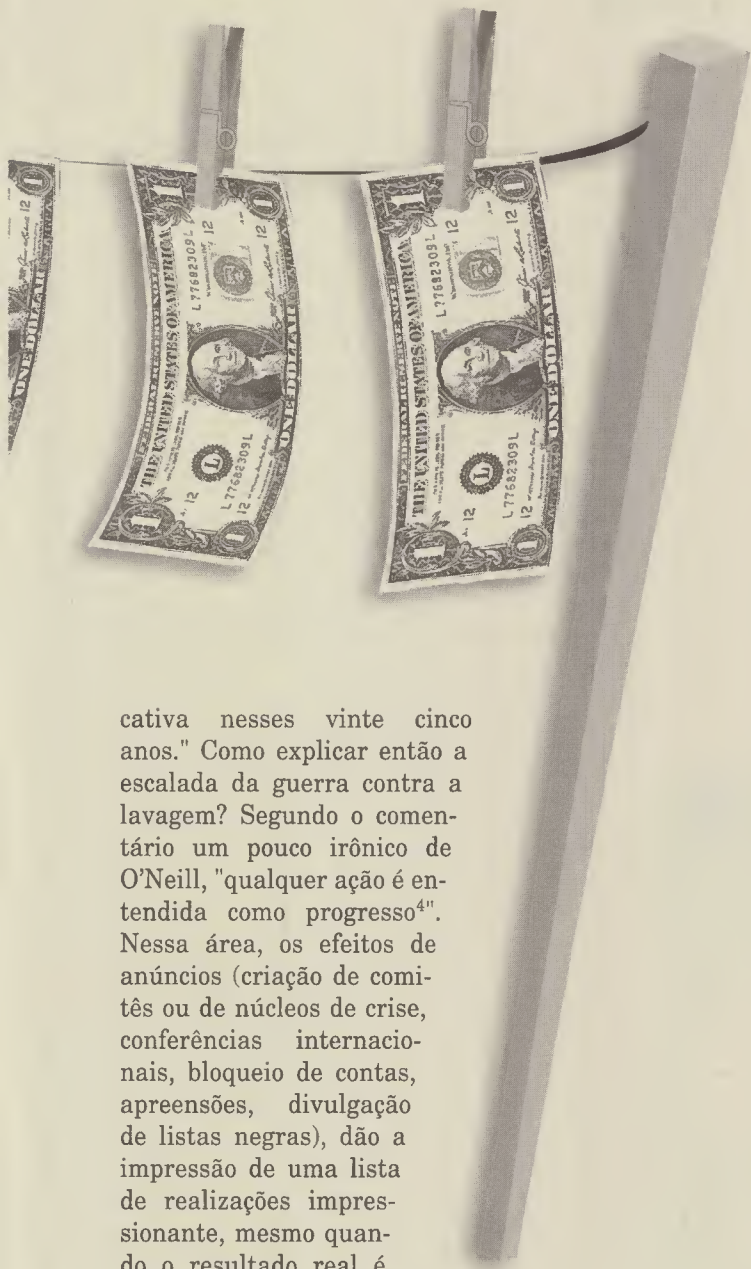
Desregulamentação, liberalização, privatização: essas são as palavras-chaves do movimento nascido nos Estados Unidos que se espalha pro-

gressivamente através do mundo. Sob o pretexto de criar um verdadeiro "mercado de capitais", era preciso dar liberdade total aos operadores financeiros e permitir aos capitais circular livremente através das fronteiras. Logicamente, os mercados financeiros passaram por um crescimento sem precedentes, pagando, no entanto, o preço do aumento da delinquência financeira e da desestabilização das bases da economia subjacente³. A única exceção a este princípio de liberalização dos mercados foi a intensificação progressiva da luta contra a "lavagem de dinheiro". Concebida inicialmente pelo governo Reagan para secar a fonte do tráfico de drogas – cujos efeitos se alastravam pelas cidades norte-americanas – ela foi reforçada pelos governos de Bush e Clinton. Os métodos enérgicos e a retórica da "tolerância zero" se chocavam contra as proteções legais e constitucionais, bem como contra a lógica de liberalização irrestrita. Cada vez mais politizada, a luta contra a lavagem acabou abrangendo todas as formas de "dinheiro sujo" (corrupção, terrorismo etc.) e se estendeu ao planeta inteiro graças aos esforços do Grupo de Ação Financeira sobre a Lavagem de Capitais (GAFI), criado em 1989 pelo G7.

Guerra às instituições financeiras

A chegada ao poder do novo governo Bush, muito próximo ao mundo dos negócios, prometia enfraquecer o arsenal anti-lavagem. Como afirmou Paul

O'Neill, secretário do Tesouro: "Faz quinze, talvez até vinte cinco anos que temos um programa de luta contra a lavagem de dinheiro, destinado a impedir os criminosos de transferirem seus fundos para a economia mundial. Gastamos mais de 700 milhões de dólares por ano nessa campanha, sem termos o nosso dinheiro de volta. Efetuamos uma única apreensão signifi-



cativa nesses vinte cinco anos." Como explicar então a escalada da guerra contra a lavagem? Segundo o comentário um pouco irônico de O'Neill, "qualquer ação é entendida como progresso"⁴. Nessa área, os efeitos de anúncios (criação de comitês ou de núcleos de crise, conferências internacionais, bloqueio de contas, apreensões, divulgação de listas negras), dão a impressão de uma lista de realizações impressionante, mesmo quando o resultado real é bem pequeno. Como em tantas outras áreas, o drama de 11 de setembro mudou todos os dados. Na "nova" guerra prometida pelos Estados Unidos, a primeira batalha deu-se na área financeira. No domingo, 23 de setembro, acompanhado do secretário do Tesouro e do secretário de Estado, Colin Powell, George W. Bush anunciou: "Hoje demos um golpe nas fundações financeiras da rede planetária do terror." Reconhecendo que a maior parte dos bens da "rede Bin Laden" se encontra fora do território norte-americano, o presidente Bush lançou uma advertência solene "aos bancos e instituições financeiras do mundo": "Iremos trabalhar com seus governos e lhes pediremos para bloquearem a capacidade dos terroristas terem acesso aos seus fundos. Se vocês se recusarem em nos ajudar, divulgando as informações de que dispõem, ou em fecharem as contas deles, o departamento do Tesouro dispõe, de agora em diante, da autoridade necessária para bloquear os bens e as transações que vocês possuem nos Estados Unidos."

O equívoco básico da operação

Um decreto presidencial colocou de imediato na mira vinte e sete indivíduos e organizações: Osama bin Laden, seus onze principais oficiais, onze grupos terroristas e quatro organizações de caridade. Quando anunciou, uma semana depois, o embargo de cinquenta novas contas, o presidente Bush acrescentou que isso constituía um "progresso na frente finan-

ceira"⁵. Desde então, outras listas foram publicadas, e os recursos dos órgãos de luta contra a lavagem, em particular do GAFI, se beneficiaram de um aumento maciço. Essa guerra financeira, baseada no princípio de que "o crime organizado é motivado pelo lucro financeiro", apóia-se, no fundo, num equívoco⁶. A lógica dos autores dos atentados é diferente da dos traficantes de drogas ou das máfias. Segundo o FBI, que analisou detalhadamente a situação financeira dos dezenove comandos suicidas, as operações de 11 de setembro não teriam custado mais de 200 mil dólares. Os terroristas viviam de maneira modesta, alguns faziam bicos, outros recebiam dinheiro da família. Apenas as aulas de pilotagem pareciam necessitar uma ajuda financeira externa. Em 1993, um primeiro atentado contra o World Trade Center, que causou seis mortos e mil feridos, custou apenas 20 mil dólares⁷. Nessas condições, não é seguro que a asfixia das fontes de financiamento ponha fim à ameaça terrorista. Se existe um problema financeiro, é o de sujar, e não de lavar dinheiro: uma parte ínfima de valores legalmente obtidos é desviada para fins terroristas.

A lógica do castigo coletivo

Isto leva a uma nova reflexão sobre a estratégia antiterrorismo – que privilegiaria, por exemplo, uma melhor qualidade de informação e de infiltração nos meios suspeitos – ao invés de se focalizar nos métodos clássicos antilavagem. As instituições financeiras já deviam declarar às autoridades qualquer transação duvidosa. Atualmente, devem manter uma verdadeira vigilância policial sobre seus clientes e conhecidos. Se as grandes instituições estão em condição de passar pela peneira, são os pequenos estabelecimentos, e principalmente aqueles ligados ao mundo muçulmano, que estão mais expostos. Por outro lado, a suspeita já não se restringe aos circuitos financeiros tradicionais. A revelação de que um dos terroristas recebera três transferências, num valor total de 15 mil dólares, através de uma hawala⁸, um tipo de agência que se encontra em qualquer economia rudimentar, também as coloca na mira da luta antilavagem. Além disso, o apoio dado ao terrorismo por entidades de caridade descreditou o setor caritativo por inteiro. Alguns comentaristas anti-muçulmanos repetem há anos que a razão de ser desse setor é financiar o terrorismo⁹. Na realidade, a importância desse setor é porque o dízimo (zakat) é um dos cinco pilares do islã. Resumindo, num clima de psicose, a associação muçulmano = fundamentalista = terrorista se espalha até a esfera financeira: qualquer fluxo financeiro vindo do mundo islâmico é tido como culpado. Na guerra financeira contra o terrorismo, a lógica do castigo coletivo – se um cabrito está doente, sacrifica-se o rebanho inteiro – já provoca danos colaterais.

Tradução David Catasiner

*Pesquisador na Universidade de Harvard, autor de *Islamic Finance in the Global Economy*, ed. Edinburgh University Press, 2000.

1 - The Guardian, 18 de setembro de 2001.

2 - Ler, por exemplo, The Wall Street Journal, Nova York, 10 e 11 de setembro de 2001.

3 - Ler "Les assises du système bancaire ébranlées par la déréglementation", Le Monde diplomatique, janeiro de 1991.

4 - Programa The Newshour with Jim Lehrer, PBS, 19 de setembro de 2001.

5 - Financial Times, 1º de outubro de 2001.

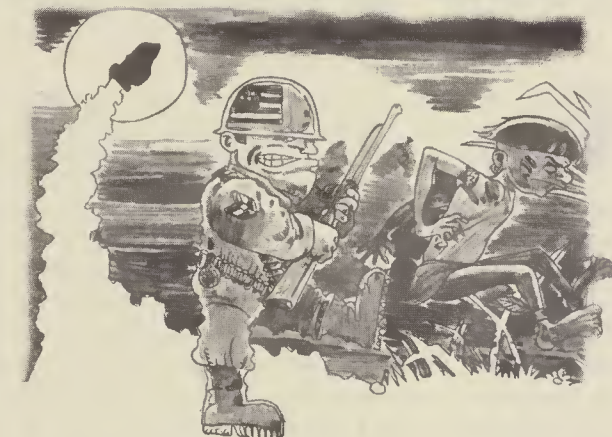
6 - www.ncis.co.uk National Criminal Intelligence Service (NCIS), Overview of Money Laundering.

7 - The New York Times, Nova York, 25 de setembro de 2001.

8 - Guichê de câmbio e agência de transferência de fundos, baseada na confiança de laços familiares e tribais, muito comum no Oriente Médio e no sub-continente indiano.

9 - The Wall Street Journal, 24 de agosto de 1998. 10 - Ler "Os paradoxos das finanças islâmicas", Le Monde diplomatique, setembro de 2001

ALCÂNTARA Subordinação aos EUA



Os Estados Unidos estão de olho no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão. Por causa de sua localização geográfica, a pequena cidade que fica a 22 quilômetros de São Luís é um dos melhores pontos do planeta para lançar satélites e foguetes para o espaço. A apenas 2 graus da Linha do Equador, os lançamentos feitos a partir de Alcântara têm economia de até 30% de combustível, além de permitirem a colocação dos satélites em órbitas distintas. Mesmo que o acordo já atenda seus interesses econômicos, políticos e militares, o governo estadunidense colocou uma série de imposições para que ele fosse assinado. E o governo brasileiro aceitou. Essas imposições desrespeitam, inclusive, questões que constam na Constituição brasileira, como a proibição de atividades nucleares para fins não pacíficos. E prevêem, por exemplo, que o governo brasileiro manterá disponível no CLA áreas restritas, onde apenas pessoas autorizadas pelo governo dos Estados Unidos podem entrar. Em outras palavras, o Brasil não terá controle sobre o que o governo norte-americano lançará a partir da base de Alcântara. E o que o Brasil ganha com isso? O acordo permite que os cerca de 30 milhões de dólares que o governo brasileiro receberá por ano sejam utilizados apenas no desenvolvimento e manutenção dos portos, aeroportos, linhas férreas e sistemas de comunicação que beneficiem o Centro de Lançamento de Alcântara. Ou seja, em equipamentos que serão utilizados pelo próprio governo americano em seu programa espacial.

Prejuízos culturais

Em Alcântara, o problema, porém, não está apenas nos prejuízos ao desenvolvimento tecnológico e à soberania nacional. Há, ainda, uma questão de ordem cultural, histórica e humanitária envolvida no acordo. A população de Alcântara é formada por descendentes de índios tapuias e de escravos que fugiram das fazendas de café e cana-de-açúcar. Essas pessoas estão em Alcântara desde 1641, mas a instalação da base espacial, em 1980, tirou muitas delas de suas terras. Depois de muita briga, um acordo firmado em 1983 deslocou 312 famílias, que não receberam o título de propriedade sobre os lotes, para agrovilas construídas no centro da ilha. Além disso, os lotes rurais que originalmente teriam 35 hectares agora só têm 15 hectares. Dos 114.000 hectares de Alcântara, 52.000 são de uso exclusivamente militar e estão sob controle da Aeronáutica. Não se pode construir casas novas nas agrovilas, nem para familiares dos próprios moradores, sem permissão dos militares - o que raramente acontece.

Com a exploração comercial da base, especialmente se o acordo com os Estados Unidos for aprovado no Congresso Nacional, a área do Centro de Lançamentos de Alcântara será expandida e 500 outras famílias serão retiradas de suas terras e transferidas para agrovilas.

Valdir Jose Morigi* - Professor do Depto. de Ciências da Informação / Fabico-Ufrgs

Radicalismo e terrorismo nos programas partidários

Foram veiculadas nas redes locais de televisão, no espaço do horário gratuito obrigatório, as propagandas políticas, primeiro do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e mais recentemente, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) mostrando uma sequência de imagens que começa com o atentado às torres gêmeas nos EUA, seguidas de imagens de ditadores e líderes mundiais como Hitler, Mussolini, Fidel Castro, Osama Bin Laden, José Bové, entre outros, e finaliza com uma simulação de uma suposta bandeira vermelha com a narrativa mais ou menos assim: "aqui no Rio Grande do Sul os radicais já foram identificados". É sobre essa sequência de imagens que vou tecer algumas considerações.

Evidentemente que essa sequência da narrativa imágica tem um sentido e uma lógica de estar desta forma. É de fácil identificação que tais partidos tentaram enviar uma mensagem que procura associar as atitudes dos terroristas com comportamentos de membros do PT (Partido dos Trabalhadores). Entretanto, se tomarmos o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2000) o verbete radicalismo possui as seguintes acepções: 1. "Doutrina ou comportamento dos que visam a combater pela raiz as anomalias sociais mediante a implantação de reformas absolutas". 2. "Qualquer doutrina ou comportamento que, sendo politicamente inflexível, provoca antagonismos". 3. "Comportamento ou opinião inflexível". Enquanto que o vocabulo terrorismo possui os seguintes sentidos: 1. "Modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas, ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror." 2. "Forma de ação política que combate o poder estabelecendo mediante o emprego da violência." Percebe-se nitidamente que a publicidade, além de tomar os acontecimentos e as imagens isoladas dos seus contexto originais, toma o sentido de radicalismo como um comportamento inflexível e associa-o com as duas acepções do verbete terrorismo que são mais ou menos semelhantes.

A propaganda ao realizar essa combinação arbitrária e intencional, em si, já é uma atitude inflexível, pois ela não esclarece ao telespectador os demais sentidos que os verbetes possuem. A publicidade ao utilizar a força das imagens do terrorismo impõe uma significação unívoca do que é radicalismo, associando-o ao terrorismo. Esta é a tática dos terroristas, pois eles apostam no medo e na fragilidade daqueles que não são esclarecidos o suficiente para intimidarem as suas mentes, deixando-as distantes da possibilidade de realização dos seus sonhos e do desejo de liberdade e mudança. Essa é uma tentativa de capturar e manter o imaginário dos desinformados e dos humildes sob controle. Essa prática coíbe a participação política baseada no diálogo através do uso sistemático da violência simbólica. No entanto, para aqueles que são avessos às mudanças e estão acomodados na poltrona do poder, defendendo os seus interesses, essa é uma postura adequada.

Por outro lado, a propaganda também nega a história do Brasil e do Rio Grande do Sul, eu diria até que se esquece dela propositadamente. A nossa história é marcada por líderes que tiveram comportamentos extremamente radicais. A história está cheia de personagens radicais: Tiradentes na Inconfidência Mineira e o próprio Getúlio Vargas que ao suicidar-se tomou uma atitude radical. Ele, aliás, foi o criador do PTB. O Rio Grande do Sul, por exemplo, é um Estado peculiar devido ao radicalismo de suas lideranças. Desde a sua constituição, estas sempre estiveram em constante confronto com o governo federal. Veja um fragmento da letra do hino do Estado. Mostremos valor, constância, nesta ímpia e injusta guerra, sir-

vam nossas façanhas de modelo a toda Terra. Ele incita à coragem e à bravura da sua gente. Se no passado eles não tivessem sido radicais, talvez não fôssemos o que somos no presente. Aliás, historicamente nenhuma sociedade humana mudou sem radicalismos, ou atitudes extremas.

Acho que na lista do radicalismo e terrorismo, como faz entender a propaganda partidária, deveriam estar muitos outros personagens. Confesso que senti falta de FHC, pois não conceder reajustes aos servidores públicos federais durante sete anos e ameaçá-los de demissão de forma insistente, não dialogar e tratar os movimentos sociais como caso de polícia no meu modo de ver é ser radical e terrorista. Como anda a cara daqueles que privatizaram o patrimônio público (energia elétrica, telecomunicações...)? Onde estão aqueles que colocaram pedágios nas rodovias? Com que cara eles devem estar depois de desviarem dinheiro dos bancos estatais? Certamente esses devastadores do patrimônio coletivo não são radicais, pois defenderam tão somente os seus interesses pessoais e de seus amigos. Segundo essa ótica de inversão, aqueles que contestam e tentam resistir a essa lógica: os ambientalistas, os movimentos sociais,

moral subjacente, baseado na emotividade das pessoas, pois diante de cenas de crueldade com outras pessoas, emergem sentimentos de repugnância.

Além disso, ao comunicarem que, no Rio Grande do Sul, os radicais já foram identificados, colocam-se como censores capazes de distinguir o bem do mal. Na verdade, anunciam a temporada de caça às bruxas. A mesma estratégia, foi utilizada durante o regime militar, quando generais e coronéis matavam pessoas que questionavam tal regime, tendo como pretexto a ameaça do comunismo. Desta forma, se inibiu a livre associação e a pluralidade de pensamentos.

Contudo, conforme afirma o dicionário, o sentido primeiro de radicalismo é um comportamento que objetiva combater pela raiz as anomalias sociais mediante a implementação de reformas absolutas. Assim, uma atitude radical pode ser uma resistência às medidas de privatização, uma defesa da tradição cultural de uma identidade de grupo ou do patrimônio a fim de preservar os serviços públicos e os interesses coletivos. Pode ser uma ação ou programa que visa combater a miséria, a fome, a pobreza, a violência e a exclusão social.

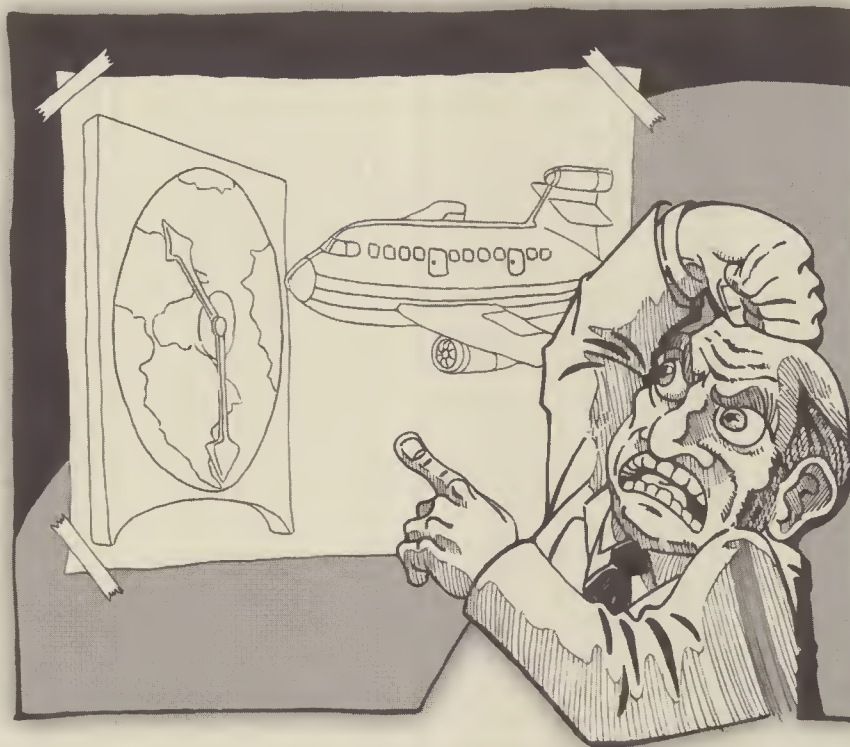
Os programas partidários deveriam expor à população seu ideário, mostrar como pretendem resolver os problemas do Estado e do Brasil. O cidadão atual está mais preocupado em como vai ficar o seu salário, com a universidade pública, a saúde, a segurança, a habitação, serviços públicos, acesso a tecnologias eletrônicas? Como ficarão os seus direitos já conquistados, a legislação trabalhista? Entre outras questões, como os partidos encaram a clonagem humana?

Entretanto, o que se pode observar na narrativa das imagens da propaganda produzida pelo PMDB, a imagem que mais os incomoda não são as explosões do World Trade Center. Ela tornou-se banal. A mídia se encarregou de colocá-la todos os dias na televisão, tornando uma imagem habitual. Para o telespectador comum, ela não causa mais horror. Tampouco as figuras dos ditadores e fanáticos, eles parecem estar muito distantes de nós e dispersos no tempo e no espaço. Assim, a última imagem é a mais significativa, o perfil que se vislumbra de uma bandeira vermelha. Porque por trás dela há um ideal libertário, de contestação, de mudanças na sociedade. O vermelho sinaliza um pouco de esperança para aqueles

que perderam quase tudo, mas não a dignidade. Porque o PT conseguiu desenvolver no Rio Grande do Sul um conjunto de práticas sociais aliado à participação popular que consistiu em uma nova forma de fazer política, mais sintonizada com o novo tempo que estamos vivendo. Por isso, para esses partidos, a bandeira vermelha, seu símbolo, precisa ser santonizada. Esse é o mesmo tipo de apelo que fazem os terroristas, pois semeiam o medo, o rancor e o ódio ao invés do diálogo e da solidariedade - incapazes de lançar contrapropostas e projetos libertadores porque estão acostumados às velhas posturas autoritárias, tradicionalmente aceitas. Na verdade, é nessas imagens que eles se refletem: intolerantes, rígidos e inflexíveis diante da mudança, do novo e do diferente.

Finalmente, o que os partidos de quadros, o qual se incluem o PMDB e o PTB, ainda não perceberam é que, a população gaúcha, através de sua consciência crítica, já exercita há algum tempo a sua cidadania. Eles sabem muito bem escolher os seus governantes, pois aprenderam através da experiência e, hoje, não se iludem facilmente, pois sabem discernir e distinguir o joio do trigo.

*Doutor em Sociologia pela USP



Mario Guerreiro

as minorias, os índios e os excluídos são os que entram no rol do radicalismo.

Ademais, deveriam ser pensados com profundidade, os processos que geram as crises mundiais. As atitudes extremas e radicais são apenas um sintoma das políticas adotadas pelos talibãs do Ocidente. Consequentemente eles devem rever as suas posições em relação ao mundo global. A sua hegemonia sobre o planeta tem causado muitos ressentimentos e insatisfações em muitos países. A publicidade, ao tomar emprestada as imagens do terror, extirpou do significado dessa ação seu conteúdo político.

A propaganda, ao tomar as imagens do ataque às torres gêmeas e relacionar com o protesto que destruiu o relógio global, faz uma comparação intencional e grosseira, uma vez que, em termos de proporção com o ato extremo, a destruição do monumento (de plástico) não fez e nem deixou vítimas. Sentiram-se ofendidos aqueles grupos que sempre estiveram ao lado do poder ou nas suas bordas, impondo sua forma de ver o mundo e os seus preceitos ideológicos. O relógio da Rede Globo é um símbolo da mentalidade colonizada e do imperialismo cultural. A ligação entre tais imagens, fora de seu contexto, joga com a desinformação, alicerçado pelo apelo



Noam Chomski* – Lingüista

Para onde vai o mundo?

O novo milênio começou com dois crimes monstruosos: os atentados terroristas de 11 de setembro e a resposta a eles que, com certeza, vitimaram um número muito maior de inocentes.

As atrocidades de 11 de setembro foram consideradas um acontecimento histórico, o que não deixa de ser verdade. Mas é preciso deixar claro que esses crimes representam, talvez, o mais devastador tributo humano instantâneo jamais visto, a não ser na guerra. A palavra instantâneo não deveria passar despercebida. É verdade, lamentavelmente, que os crimes são comuns em um contexto de violência que se aproxima muito da guerra e as consequências representam uma de suas inúmeras ilustrações. Mas a razão pela qual o mundo nunca mais será o mesmo depois de 11 de setembro é outra.

A dimensão da catástrofe, que já se refletiu no Afeganistão, e o que pode vir a acontecer, só é possível supor. Mas se conhecemos as projeções em que se baseiam as decisões políticas, podemos entender um pouco a pergunta "para onde vai o mundo?". A resposta é que avança por caminhos já conhecidos. Inclusive, antes de 11 de setembro, milhões de afegãos já se mantinham graças à ajuda alimentar internacional. Em 16 de setembro, o jornal The New York Times informou que Washington havia exigido a eliminação dos comboios que fornecem boa parte dos alimentos e outros bens à população afegã. Não se detectou qualquer reação nos Estados Unidos ou Europa frente à exigência que condenaria um grande número de miseráveis à fome e a uma morte lenta.

Nas semanas seguintes, o principal jornal do mundo informou que "a ameaça de ataques militares levou à retirada dos trabalhadores das organizações de ajuda internacional e paralisou os programas de ajuda. Os refugiados que chegavam ao Paquistão, depois de uma dura viagem desde o Afeganistão. Descrevem cenas de desespero e medo em seu país, enquanto as ameaças de ataques militares dirigidos pelos Estados Unidos transformam a miséria na qual vivem há muito tempo em uma catástrofe em potencial". "O país estava dependurado em uma corda de salvação. E acabamos de cortá-la", disse um voluntário evacuado.

O programa de alimentação mundial das Nações Unidas,

assim como de outras associações, conseguiram enviar alimentos no início de outubro. Depois dos bombardeios se viram obrigados a suspender o trabalho para retomá-lo mais tarde em um ritmo muito mais lento, enquanto os organismos de ajuda condenavam os lançamentos aéreos de ajuda norte-americana, "ferramentas de propaganda" camufladas. O The New York Times informou, sem comentários, que a previsão apontava para um aumento de 50% no número de afegãos necessitados de alimentos após o bombardeio, o que poderia chegar a 7,5 milhões de pessoas.

Em outras palavras, a civilização ocidental baseia seus planos na suposição de que podem causar a morte de milhões de civis inocentes: não talibãs, mas suas vítimas.

No mesmo dia, o líder da civilização ocidental voltou a rejeitar com desdém as ofertas de negociação feitas pelos talibãs e o pedido de que lhes dessem provas concretas que sustentassem as exigências de capitulação.

Sua postura foi considerada justa e adequada, talvez até heróica. O relator especial da ONU para o Direito à Alimentação pediu aos Estados Unidos que encerrasse os bombardeios, que estavam pondo em perigo a vida de milhões de civis, e renovou o chamamento da diretora da Comissão de Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson, que advertiu sobre uma catástrofe como a de Ruanda. Ambos apelos foram rejeitados, como os dos principais organismos da ajuda humanitária. E praticamente não receberam cobertura informativa.

A FAO havia advertido no final de setembro que mais de sete milhões de pessoas poderiam morrer de fome, caso não fosse retomado imediatamente o envio de ajuda e se pusesse fim à ameaça de ações militares. Quando começou o bombardeio, a FAO avisou que se produziria uma catástrofe humana ainda mais grave, porque o fato havia interrompido o fornecimento

de 80% das provisões de grãos do país, de forma que os efeitos no próximo ano serão catastróficos. Nada disso foi publicado. Os apelos coincidiram com o Dia Mundial da Alimentação, fato também omitido, como a acusação do relator especial da ONU de que os ricos e poderosos têm os meios, mas não a vontade de superar este "genocídio silencioso".

Extrato da Lakdawala Memoria Lecture, pronunciada em Nova Delhi

***Noam Chomski estará em Porto Alegre participando do Fórum Social Mundial 2002**

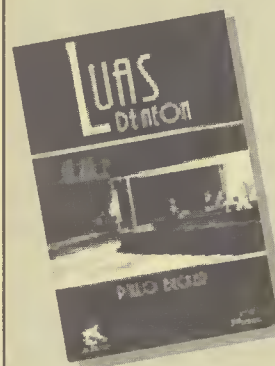


©Jan Op De Beeck-www.opdebeek.com

Paulo Becker – Poeta

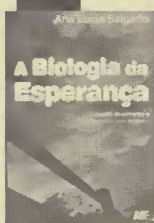
Alto-mar

*Pensei sempre que esta vida
tinha um rumo, e eu tinha remos.
Lancei-me sem medo ao mar,
febril de descobrimentos.
Meu barco singra em alto-mar.
O horizonte é o mesmo
em trezentos e sessenta
e cinco dias a esmo.
Passam ao longe navios
de turismo, de comércio,
de piratas, de polícia.
Ninguém nota os meus acenos.
Sou preto de tanto sol.
Sou duro de tanta ausência.
Eu nasci na água doce
do riacho de uma aldeia.
O mar é feito um deserto
que, em vez de areia, é de água.
Sonho à noite, a céu aberto.
De dia, vejo miragens.
Vejo a terra familiar,
onde a vida era serena.
Remo até lá com os braços,
desço à terra e é de areia
movediça, é água, é o mar
que me engolfa e me expõe
- maldito e onipresente -
aos dentes dos tubarões.
Ilhado dentro do barco,
largo garrafas que levam
mensagens criptografadas
sem remetente e endereço.
Eu pensei que tinha remos.
Eu pensei que tinha rimas.
Mas descubro, no alto-mar,
que a vida é um barco à deriva.*



*Trecho do livro inédito "Luas de Neon" de Paulo Becker. WS Editor

ORELHA

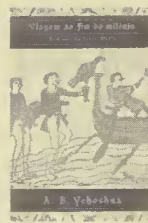


A Biologia da Esperança
O desafio de enfrentar e bem-conviver com o câncer
Ana Lucia Salgado
Livro da psicóloga Ana Lucia

Salgado ajuda na busca de um sofrimento menor no enfrentamento dessa doença que afeta milhões de pessoas no mundo - traz um conjunto de atitudes positivas ante o diagnóstico do câncer. AGE Editora. 159p.




A Morte de Vishnu
Manil Suri
Primeiro romance de um escritor indiano com longo histórico de prêmios em... matemática. É a história de um simples prédio de apartamentos transformado em metáfora das divisões sociais e religiosas da Índia contemporânea e do progresso da alma pelos vários estágios da existência, conforme a tradição hindu. Companhia das Letras. 320p; R\$ 32,00.




Viagem ao Fim do Milênio
Romance da Idade Média
A. B. Yehoshua
Uma recriação do mundo medieval do século X, descrevendo a florescente cultura árabe-judaica do Magreb, colorida e perfumada, ao contrário do rigor da cultura europeia da época, mergulhada em um intenso clima de fervor religioso. O motivo: o medo da aproximação do milênio cristão. Companhia das Letras, 352p. R\$ 33,00.

WWW

Notícias

 www.ultimosegundo.com.br
Jornal na internet que apresenta notícias diárias bastante atualizadas e textos de colunistas.

Fotografia

 www.sebastiaosalgado.com.br
Site com versões em inglês, espanhol, francês e português. Apresenta ensaios do fotógrafo e permite escolher fotos para serem utilizadas como papel de parede.

"Demonstramos que é possível derrotar a política de FHC"

Cristina Lima



Weyne: "basta os trabalhadores se organizarem e irem para a luta, que dá para virar este jogo"

Foram 108 dias de greve, período em que os professores demonstraram força e uma grande vontade de vencer a política do MEC de Fernando Henrique Cardoso. Todas as universidades brasileiras se engajaram na luta, cheia de altos e baixos, de ataques frontais do governo federal, por um lado. Por outro, de defesa intransigente da educação pública e da dignidade dos servidores. No Rio Grande do Sul, a Ufrgs voltou a mostrar para o Brasil um grupo de docentes engajados, que participaram em grande número das assembléias e dos atos públicos. O saldo de tanta mobilização foi bem maior que os ganhos econômicos ou políticos: é o restabelecimento da auto-estima desses trabalhadores da educação. O presidente da Adufrgs, Rubens Weyne, faz um balanço (positivo) de 2001 sobre o movimento docente e aponta as principais dificuldades a serem enfrentadas no ano que vem na defesa de uma universidade de qualidade e para todos.

Jéferson Assunção

bém é difícil de se fazer uma avaliação precisa do que esse ganho salarial vai refletir nos professores. Como eles vão estar acompanhados de dois reajustes salariais: um de 3,5%, que é o linear para todo mundo, e outro, de 3,17%, que é uma diferença de um reajuste dado aos militares, mais os 12%, pode enfim haver um ganho ao professor. Isso pode deixá-lo um pouco perdido sobre o real ganho econômico dessa greve. Então, não se sabe bem o que isso vai refletir na vida dos professores. E se podia ser mais ou não, a verdade é que o ganho prometido pelo Ministério era superior para algumas categorias ao ganho obtido. Mas, por outro lado, o bem que se obteve atinge uma maior quantidade de professores e, com isso, no fundo, talvez haja um ganho político melhor, avaliado em uma comparação com a proposta do MEC.

Adverso - Durante a greve, houve uma tentativa do Governo de enfraquecer o sindicato nacional, sempre apostando nas divergências políticas internas. Como a categoria conseguiu resistir a esses ataques?

Weyne - Primeiro: foi uma estratégia errada do Governo investir em cima das divisões internas para enfraquecer a categoria e, assim, tirar ganhos políticos. Segundo: diante dessa estratégia errada, demonstrou claramente que as divergências políticas, que de fato existem dentro do sindicato, não foram suficientes para dividir o movimento. Todos fizeram a mesma greve e a divergência foi trabalhada dentro do sindicato.

Adverso - Quais são as próximas ações do movimento docente na defesa da universidade pública?

"Foi uma estratégia errada do Governo investir nas divisões internas da categoria"

Weyne - Algumas questões são imediatas. Há mesas de negociações que foram instaladas e vão tratar de carreira docente, com vagas, financiamento, hospitais universitários. Elas não iniciaram ainda, mas estão colocadas no acordo e o MEC está negociando. Então, de imediato, os professores deveriam estar atentos para essas mesas, porque isso diz muito em relação à universidade. Eu acho que, a longo prazo, veremos que o que ocorreu foi uma derrota do governo no seu projeto, não de privatizar a universidade no sentido que se tem, mas de provocar um certo tipo de privatização da universidade. Eu acho que isso foi barrado.

Adverso - Qual será o tom das mobilizações do movimento docente do próximo ano?

Weyne - Acredito que será a defesa da universidade pública. Ainda mais que devemos enfrentar eleições.

E seja que candidato for, primeiro temos que arrancar um compromisso dele e de todos com um projeto de universidade. A luta pela universidade pública continua, independente de qual espectro político for o vencedor. Nada nos assegura, que tendo um governo de esquerda, mesmo ele sendo de ultra-esquerda, que o projeto de universidade que nós queremos seja respeitado, continue existindo. Acho que essa é uma luta que tem que ser permanente, independente de governo.

Adverso - Alguns cursos da Ufrgs estão sem professores este semestre, isso porque muitos contratos de substitutos venceram em dezembro. Cabe ao sindicato interferir nessa questão?

"Conseguimos reverter um certo pessimismo do movimento sindical"

Weyne - Não é que houve contratos vencendo, mas que muitos professores substitutos pediram demissão. O fato que ocorreu foi esse, mas é possível que haja contratos que tenham vencido no meio do ano e não tenha sido feita a seleção e os professores não foram contratados. Por isso, há essa falta de professores agora. Cabe ao sindicato ver e acompanhar esse processo e, na medida que ele se alongue demais – que a reitoria demore demais para atender a essas contratações – bom, aí acho que cabe uma ação do sindicato, sim, exigindo da reitoria que se façam essas seleções o mais rápido possível para que não haja prejuízo para os alunos. Por enquanto, pelo que a gente sabe, a reitoria está tocando todos os processos e dando conta dessas questões.

Adverso - De um modo geral, qual é o balanço para os professores da Ufrgs?

Weyne - Acho que houve um ano positivo para nós, professores, que fizemos uma greve vitoriosa. Vitoriosa num sentido político e até um pouco no sentido econômico, mas mais do que isso, acho que essa greve foi vitoriosa porque, longe de servir de exemplo para qualquer outro sindicato, ela demonstrou que se os trabalhadores se organizarem, se mantiverem uma certa persistência, é possível derrotar a política desse governo, portanto, fazer com que os trabalhadores tenham ganhos reais. Acho que conseguimos, de certa forma, reverter um certo pessimismo que existia no movimento sindical. E isso é bom. Agora, não estamos aqui para dar lição para ninguém, nem dizer qualquer coisa. Apenas espero que os outros sindicatos vejam que é possível, sim, aplicar derrotas a esse governo, que basta se organizarem e irem para a luta, que dá para virar este jogo.

Os ganhos da greve foram mais políticos do que econômicos. Isso dificulta a mobilização da categoria para as batalhas futuras?

Rubens Weyne - Ao contrário. Acho que não. Se fossem só ganhos econômicos, aí é que dificultava. Nesse momento, avalio que não, porque os ganhos políticos foram extremamente significativos. E acho que sinalizam bem para esse ano que vem, cujas incertezas para o nosso futuro enquanto universidade pública são muitas. E eu acredito que essa greve deu esse salto político para que nós possamos enfrentar bem esse ano de 2002. Há algumas incertezas quanto ao processo de autonomia, incertezas quanto à carreira docente e à contratação de pessoal, para reposição de quadros de professores. Então eu acho que isso pode nos dar um ganho, de fazer com que a gente enfrente essas questões de maneira bastante mobilizada.

Adverso - De modo geral, que avaliação que se pode fazer da greve em termos de adesão e mobilização dos professores?

Weyne - A mobilização foi muito boa. Houve alguns problemas, talvez por causa de enfoques que foram dados nas negociações. Houve, num primeiro momento, um forte investimento de que fosse uma greve unificada de todos os servidores públicos federais o que, na verdade, acabou, num segundo momento, não se concretizando. Tivemos, então, que partir para uma questão menor, que era só a da universidade. Menor, não em importância, mas em grau de abrangência. E aí acabou se fazendo uma negociação só nas universidades, mas que eu avalio que foi bastante boa. Na Ufrgs, tivemos assembléias sempre bastante cheias em comparação com outras universidades. E universidades com o mesmo porte da nossa não contaram com o mesmo percentual de professores como a nossa – sempre tiveram com números menores.

Adverso - Em termos econômicos, seria possível que o movimento ganhasse mais? O que faltou?

Weyne - É difícil avaliar se podia ou não ter um ganho maior. O que se sabe é que houve muitos recuos do governo e reconquistas. É difícil avaliar, assim como tam-